

## AS ELITES CINDIDAS: O BRASIL ENTRE DOIS MARCOS DA REVOLUÇÃO BURGUESA

Aspásia Brasileiro Alcântara de CAMARGO<sup>1</sup>

■ **RESUMO:** Com o objetivo de analisar a história do Brasil a partir de uma perspectiva que combine as dimensões micro e macro – os rumos e as contradições do processo histórico e as biografias investigadas – adota-se o enfoque nas trajetórias de vida de expressivos atores sociais da elite brasileira por meio da análise de arquivos e entrevistas do período entre 1930 e 1974. Propondo a compreensão não apenas da “elite brasileira”, mas dos atores que a compõem, segmenta-se a exposição com destaque a três vínculos relevantes nos processos estudados, entre: 1) o ator e o sistema social; 2) o ator e o sistema político; e 3) o ator e o processo histórico. Com atenção às particularidades de cada período, conclui-se que a história brasileira é marcada pela dificuldade de autogestão da sociedade civil, o que potencializa a atuação dos grupos da elite, caracterizada, por sua vez, por inúmeros conflitos e divisões internas, que revelam uma trajetória pautada pela incidência de crises e turbulências, apaziguadas por consensos parciais.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Trajetórias de vida. Elites brasileiras. Ator social.

### Introdução

Podemos penetrar a história brasileira recente por diversos caminhos: o de suas transformações econômico-sociais, o de suas conjunturas de crise, procurando reconstruir a experiência de seus diferentes segmentos sociais – ou de suas classes –, a fim de reconstituir a lógica e as tendências dos processos sociais em curso.

---

<sup>1</sup> Fundação Getúlio Vargas – FGV. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22253-900. aspasiacamargo1@gmail.com.

O acesso à preciosa informação de arquivos e entrevistas, referentes ao período 1930-1974, permitiu-nos buscar outro caminho que talvez seja também mais curto: o da reconstituição de *trajetórias de vida* de um conjunto expressivo da elite política brasileira, através do qual podemos extrair as principais diretrizes e as linhas de força da história do período. O encadeamento de uma diversidade de ciclos de história de vida induziu-nos, portanto, a conciliar uma abordagem totalizante (os rumos, as contradições, o ritmo do processo histórico), com os estudos de caso (biografias, análises regionais ou de conjuntura) a fim de tornar compatíveis a *macro* e a *micro histórias*.

A reflexão sobre o material acumulado, que aqui apresentamos como versão preliminar, nos convenceu também de que outras razões justificam a incursão na História através das elites. De fato, a autoria nos indica e os dados nos mostram que no Brasil, como em toda parte, as decisões estratégicas, ou aquilo que Peter Bachrach (1980) chama de “não decisão”, são tomadas por um círculo restrito de pessoas, fortemente ligadas entre si por laços de cumplicidade pessoal, parentesco, lealdades antigas ou recentes, ou a convivência em grupos primários, desde a escola até os núcleos conspiratórios, partidos políticos ou instituições públicas.

É com grupos primários que se consolidam os códigos de comunicação específicos que tornam mais homogênea e direta, e, portanto, mais econômica, a linguagem da política nos centros de comando do poder. Este processo de simplificação da comunicação e das decisões garante ao mesmo tempo a eficácia e o autoritarismo do controle social. Tais mecanismos, presentes nas sociedades estratificadas, criam e consolidam áreas de consenso no topo da hierarquia, delimitando a ação e a influência das bases. Quando dois níveis se fundem sob a hegemonia do primeiro, temos um sistema hierárquico estável de tipo oligárquico, como o que vivemos ao longo da República Velha (1889-1930). Quando colidem, as elites e a sociedade entram em crise. Quando se harmonizam de maneira complementar, mas diferenciada, cria-se um sistema estável, pluralista, como os que vigoram nas democracias ocidentais, ou como o que excepcionalmente vivemos no Brasil no período Kubitschek, um “oásis liberal” em meio a graves e sucessivas crises.

Preliminarmente, é importante observar o contraste entre a estabilidade institucional dominante durante o ciclo oligárquico – especialmente entre 1898 e 1922 – e a desestabilização que

se introduz com o surto modernizante e o alargamento da participação social e política acelerados pela Revolução de 1930. A partir daí, a “coerência” institucional do sistema oligárquico será rompida sem que se tenha, no entanto, desarticulado as bases reais de seu poder: a grande propriedade rural, sustentada pelo controle do voto.

Quando dizemos que o sistema político pós-30 se desestabiliza conservando o núcleo de suas antigas raízes, não queremos subestimar com isso seu potencial de transformação ou sua capacidade de gerar crescimento. Ao contrário, as bases agrárias tradicionais serão absorvidas pelo estado, graças à centralização política, como aliadas no processo de transformação econômico-social. Em suma, a sociedade que conserva é a mesma que se transforma, e o sistema de poder (o *inner circle of power*), longe de ser monolítico, cinde-se em várias partes, introjetando conflitos que o levam, inclusive, a permanentes impulsos reformistas. Esses impulsos, mesmo quando debelados, reincidem nos períodos seguintes.

A crise penetra, portanto, no âmago das elites, embora sejam elas (o que lhes dá operacionalidade), por definição, constituídas de um número reduzido de indivíduos relativamente distanciados da sociedade, isto é, protegidos contra ela, por regras que lhe são próprias e, por conseguinte, relativamente imunes ao impacto direto dos conflitos. A bipolaridade reformismo-imobilismo se revela através de cisões internas que impõem complicados arranjos e acertos, e que se traduzem em crises frequentes, de desdobramentos imprevisíveis. E é nessa sucessão de crises de desfecho institucionalmente incerto que se tece a história política desse período.

- a) A crise de 1929-1932, que coincide com a Revolução de 1930;
- b) A crise de 1935-1937 que culmina com a implantação do Estado Novo;
- c) A crise de 1945-1947 que leva à queda de Vargas e à restauração do regime constitucional em clima de forte contenção à participação política;
- d) A crise de 1953-1954 que, depois do retorno de Vargas ao poder, o conduz ao suicídio;
- e) A crise de 1955, que se decide em favor da posse de Juscelino Kubitschek à presidência da República;

- f) A crise de 1961, que leva o presidente Jânio Quadros à renúncia e que afinal garante a posse do vice-presidente João Goulart;
- g) A crise de 1964, que o depõe;
- h) A crise de 1968-1969 quando a oposição de massa militar cresce, induzindo a confrontos que culminam com o endurecimento do regime (AI 5), e com a concentração do poder no Alto Comando das Forças Armadas.

Se ao nível das elites o consenso é precário, por outro lado, o sistema político acomoda uma ampla gama de posições com interesses não-negociáveis, que oscilam entre os que tudo querem mudar – inclusive o regime – até o outro extremo, constituído pelos que não querem mudar coisa alguma. A dificuldade em consolidar um pacto social e político, sedimentado em graus razoáveis de consenso, gera, no nível das elites, uma escassa *diferenciação funcional*, e, no nível institucional, leva a padrões instáveis de acesso ao poder, daí as fortes pressões carismáticas, tanto no cume quanto na base da pirâmide social. Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Jânio Quadros ilustram, com estilos diversos, os ensinamentos de Max Weber: as lideranças pessoais são fortes quando as instituições são frágeis. Nesses casos, o carisma se converte em substituto funcional da institucionalização.

Em posição inversa e complementar às lideranças carismáticas de massa, encontramos também os *conselheiros*, os *articuladores*, as *eminências pardas*, que nos bastidores do poder atuam quase em silêncio. Ou ainda, os *notáveis* que profeticamente propõem medidas, soluções, fórmulas, para os momentos de impasse. Nessa categoria podemos incluir os *juristas*, que fabricam soluções constitucionais ou inconstitucionais de emergência; os *assessores* – homens de confiança – que imprimem rumos determinados à política do governo e muitas vezes ultrapassam os cargos formais que ocupam; e os *conspiradores* que, fora dos governos ou dentro deles, urdem a sua queda, ou a do regime.

Funções dessa natureza existem, em maior ou menor grau, em todas as sociedades. Apenas devemos acrescentar que em países como o Brasil tais funções são estrategicamente decisivas. A intensidade e a frequência das crises tornam o ator-indivíduo uma peça-chave no interior das elites, pois à falta de soluções

institucionais previsíveis, ou esperadas, a imaginação de alguns encobre as margens de incerteza.

Pelas razões acima apontadas, as *elites* políticas, isto é, as pessoas que controlam as decisões de Estado, aparecem como um segmento estratégico através do qual podemos entender não apenas a natureza das decisões tomadas como também sua dinâmica, suas contradições e a dialética desse processo. Sendo as *elites políticas* compostas de um conjunto de *atores*, podemos a partir daí estabelecer três séries de vínculos significativos: 1) o ator e o sistema social; 2) o ator e o sistema político; e 3) o ator e o processo histórico.

### ***O ator e o sistema social***

Estudar a composição das elites é uma das formas que a sociologia tem utilizado para compreender a natureza da sociedade na qual essas elites se inserem. Com as informações qualitativas disponíveis, verificamos que os nomes mais expressivos da elite que atua entre 1930 e 1964 pertencem a famílias cuja posição econômica na escala de prestígio (antigo ou recente, nacional regional ou local) as situa como parte integrante do poder. A origem agrária e tradicional dessas elites é mais do que evidente no período 1930-1945, quando a influência da República Velha nos padrões de socialização e recrutamento ainda é determinante, e se abranda, mas não desaparece, no período 1945-1964. No último período, com a introdução de formas de recrutamento pela via eleitoral, amplia-se a participação da classe média e das representações trabalhistas, mas sem deslocar as representações ruralistas. Em ambos os períodos, é de causar espécie a incidência de pessoas oriundas de famílias política ou culturalmente decadentes.

No primeiro período, o tenentismo foi um canal alternativo de acesso ao poder político, que colidiu com os padrões da República Velha, sobretudo em regiões como Pernambuco, onde sua influência foi decisiva. Mesmo assim, é preciso relativizar a validade da tese de que os tenentes são originários de classe média. Antes de mais nada, eles são militares. Pelas informações que colhemos em entrevistas, alguns de seus nomes mais expressivos, embora se identificassem como de classe média, na realidade originavam-se também de elites agrárias decadentes. De modo geral, quando o prestígio dessas elites não vem do berço, muitas vezes é adquirido pelo casamento.

Marco modernizador, mesmo que de “modernização conservadora”, a Revolução de 1930 é vista por alguns como o início de um ciclo que inaugura a Revolução Burguesa no Brasil. A historiografia, no entanto, nos mostra que os expressivos interesses industriais e comerciais já existentes (talvez, quem sabe, porque estivessem sediados em São Paulo, núcleo de resistência à revolução conduzida por gaúchos e mineiros) postaram-se contra a rebelião ou ficaram indiferentes.

Resumindo a complexa questão, a modernização foi capitaneada não por um núcleo renovador e dinâmico, como prevê Pareto, situado na periferia do sistema de poder – pois a indústria, mesmo reduzida, já havia sido cooptada por ele –, mas por uma oligarquia “dissidente”, uma geração de políticos mais jovens do que os que dominavam a República Velha, forçada por um movimento de massa que já indicava a importância da população urbana e de suas reivindicações políticas, de pouca audiência no antigo regime. Este modelo corresponderia à chamada “modernização pelo alto”, algo próxima do padrão de transição assumido pela Alemanha – é o que nos mostra Elisa Reis (1979) – e cujo resultado estaria expresso na excessiva concentração do poder político (autoritarismo).

Em termos de um diagnóstico das elites, isto significaria que o círculo restrito de pessoas influentes seria relativamente coeso e impermeável às pressões de fora ou então que os grupos que compõem a sociedade em questão não conseguem gerar pressões alternativas capazes de influenciar essas mesmas elites. No Brasil, nenhuma das duas hipóteses parece convincente, senão antes, pelo menos depois de 1930. Nesse período, fricções intraelites são graves e frequentes, e tão significativas quanto a tendência à conciliação (recomposição) e à cooptação, isto é, quanto à capacidade de incorporar e absorver, à sua maneira, demandas geradas fora do seu próprio círculo. A resposta provável é que o “monopólio” da elite agrária (e o conseqüente autoritarismo no plano político) advém de seu peso relativo face a uma indústria ainda incipiente e a uma esmagadora maioria de população rural, desorganizada, dispersa e inculta.

A transição e o *take off* serão presididos pelas elites agrárias, em parte porque, de início, ela é estruturalmente hegemônica, mas também porque, no decorrer do processo, ela será maleável para compor coalizões e alianças com outros parceiros, inclusive com as classes populares urbanas. O populismo, fenômeno típico do período, irá proliferar no plano nacional e no regional, aplicando

na prática, e *avant la lettre*, a aliança PSD-PTB apregoada por Vargas, a partir de 1945. Nessa aliança, o partido agrário se compõe organicamente com o partido dos trabalhadores. A contrapartida de tal flexibilidade será a intolerância às transformações sociais no campo, abandonadas pela geração de 1930, e conflituosamente assumidas pela geração de 1945. A tentativa afinal se frustra – ou muda de estilo – com a queda de Goulart em 1964.

*As elites agrárias* exercerão primordialmente sua influência pelos canais regionais de poder, que se institucionalizam a partir de 1945, através dos partidos nacionais, especialmente o PSD e a UDN. Nesse período, o sistema político-partidário permanece fortemente dependente das direções regionais que, tal como na República Velha, controlam a política praticamente a partir de Minas, Rio Grande do Sul e São Paulo. Essas direções regionais são, por sua vez, articuladas ao poder local, ainda sob controle dos coronéis. É o que ocorre sobretudo no Nordeste e nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O segmento agrário oferece também parte dos técnicos que se multiplicam a partir de 1930, e que mesmo dentro do aparelho de Estado constituem o embrião do que será posteriormente a “tecnocracia” (vide o Departamento Administrativo do Serviço Público, o DASP). No entanto, a racionalização dos critérios de recrutamento do funcionalismo público e a valorização da competência com a instituição do concurso alargarão os interesses sociais representados no aparelho de Estado, em benefício da classe média.

De um modo geral, podemos afirmar que as vinculações agrárias, em esmagadora maioria em torno de 1930, tendem a se diversificar ao longo do ciclo, quando muitos proprietários rurais (ou seus herdeiros) penetram também na indústria. Ocorre também, em sentido inverso, que o segmento se consolida no interior da elite política, mesmo quando seu poder e influência não são perfeitamente visíveis. Este é o caso dos *empresários* industriais que inicialmente permanecem nos interstícios do poder (as comissões técnicas) e que aos poucos se fortalecem, à medida que o sistema industrial se expande. A conquista de ministérios, de assessorias e de posições em conselhos e comissões, estende aos poucos sua influência sobre o governo.

Mas, se de um lado a política absorve o setor empresarial, também e principalmente se verifica a tendência inversa: a atividade política pode constituir o trampolim, o capital inicial

que permite a incorporação de quadros políticos à indústria (como empresários ou como *managers*) reforçando a organicidade da estrutura social. Este processo de conversão e reconversão dos quadros da indústria e da política, ou da agricultura e da indústria e o entrelaçamento destas atividades, reforça-se socialmente através de vínculos matrimoniais, que facilitam a interpenetração dos diferentes interesses, irrigando e tornando mais complexo o tecido social do poder.

Outros segmentos se diferenciam e se integram ao longo do tempo, além dos empresários. O exemplo mais significativo talvez seja o dos *militares* cuja coesão organizacional, de cunho corporativo, se fez acompanhar de crescente envolvimento na política. Assim, se em 1937 a participação militar na instauração do regime autoritário foi acobertada pela atuação civil, com Vargas à frente, e em 1954 as tentativas de intervenção direta fracassam, já em 1964 a corporação assume o poder, inicialmente visando uma experiência de transição para o poder civil (governo Castelo Branco), mas daí por diante cada vez mais empenhada em assumir a tutoria da classe política e da sociedade civil (governo Costa e Silva e Médici). Este processo de integração corporativa não impede, porém, a cisão interna que obriga os vencedores de 1964 a realizar expurgos nos quadros militares para garantir sua própria hegemonia. Expurgos semelhantes ocorreram também na década de 1930.

Outro segmento que parece ganhar consistência política, juntamente com militares e empresários, é o *diplomático*, que será praticamente o único núcleo civil organizado a participar de decisões estratégicas e a definir diretrizes em áreas consideradas privativas dos militares, isto é, em áreas de segurança nacional. Nesse sentido, a formulação de uma política externa independente e pragmática – que fracassa com Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, mas toma novo impulso com Jânio Quadros em 1961 – encontra o respaldo dos quadros diplomáticos e acaba por envolver os militares, em princípio mais inclinados, a partir de 1964, ao alinhamento com os Estados Unidos. Nesse caso, os objetivos de segurança parecem ser o denominador comum entre as duas corporações que, afinal, se aproximam em torno de algumas questões consideradas prioritárias do ponto de vista do interesse nacional (expansão do comércio exterior, política nuclear, etc.). Tudo leva a crer que estas tendências, mesmo implementadas pela iniciativa da alta hierarquia dos respectivos



núcleos, encontrem respaldo interno suficiente para torná-las politicamente viáveis.

Um fator a considerar quando se analisa a composição social das elites brasileiras é que elas se superpõem – como todas as elites – geracionalmente, o que em nosso caso, tendo em vista as rupturas do sistema político (revolução de 1930, golpe de 1937, redemocratização de 1945, ruptura de 1964), significa que elas se constituem como *camadas arqueológicas*, com valores e com uma lógica inconfundíveis. A linha divisória é, a nosso ver, a redemocratização de 1945.

O grupo cuja atividade política se inicia com a República Velha – e que constitui o primeiro escalão da Revolução de 1930 –, bem como seus “delegados”, que ingressam como homens de confiança do poder central, revela uma visão pragmática, instrumental do poder, e mostra-se pouco sensível a formas de representação que não forneçam dividendos políticos palpáveis. É também bastante condicionado pelas tensões que comandam as aproximações e afastamentos sucessivos entre os poderes regionais e o poder central.

A geração de 1945, isto é, aquela que formalmente ingressa nas lides políticas através do voto, já apresenta perfil diverso. Em geral, é mais ideológica, menos instrumental do que combativa. Lutou contra a ditadura do Estado Novo, participando de movimentos universitários ou clandestinos, ligas e associações hostis ao regime. No período seguinte apoiou as lutas nacionalistas pelo monopólio estatal do petróleo. Em sua origem é uma geração antivarguista, que só se converte a Vargas quando, com sua morte, ele passa a se confundir com a bandeira nacionalista. É também uma geração que inicia a atuação política passando pelo teste do voto, e que é bem mais permeável do que sua antecessora ao discurso de massa.

Entre os que se mantêm hostis a Vargas por confundir a sua imagem com a própria ditadura, incluem-se tanto os que foram alijados e perseguidos durante o Estado Novo por suas ideias políticas (comunistas, socialistas, reformistas) quanto os que o foram pela intolerância a Vargas e ao seu poder pessoal, pela inconformidade com a carência de um regime constitucional (advogados, intelectuais, etc.). Acrescente-se que entre estes, que comporão a futura União Democrática Nacional (UDN), encontram-se também, como mostrou Sergio Micelli, figuras expressivas de uma elite regional economicamente próspera,

cujos interesses foram prejudicados em favor de adversários mais dóceis ao poder central.

Mesmo entre os aliados de Vargas, parece evidente que, a partir de 1945, o conteúdo da aliança não é mais o mesmo. Enquanto os fiéis seguidores de 1930 conservam-se ou multiplicam-se em seus estados – e através dos partidos as máquinas políticas que eles mesmos criaram com a ajuda do centro (antes ou durante a ditadura) –, para a nova geração, de 1945, o apoio a Vargas se firma com base em seus compromissos mais recentes, trabalhistas e reformistas. Nas eleições presidenciais de 1950, tais compromissos contarão com expressivo apoio de massa. E é esse impulso reformista, oriundo especialmente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que parece corresponder à dinâmica do quadro político-eleitoral da década de 50, cujo perfil será delineado em 1958 pela expressiva vitória do PTB em detrimento do Partido Social Democrático (PSD) governnista. Em outras palavras, cresce a pressão reformista, até mesmo dentro do PSD, com sua “ala moça” e suas manifestações de populismo regional e da UDN, com o seu grupo nacionalista. A partir de 1963 o choque ideológico se agrava a tal ponto que, com a intervenção dos militares, a geração de 1945 será alijada do poder que parecia próximo. Não é por causalidade que, entre os ministros do governo Castelo Branco iremos encontrar os tenentistas históricos, udenistas da velha guarda, e legítimos representantes da geração de 1930. Mas o poder pende cada vez mais para os técnicos e os militares, egressos da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), conspiradores de 1964 – que constituirão o novo centro do poder.

### ***O ator e o sistema político***

Procuramos definir de início que a característica básica do sistema político pós-30 é a *instabilidade político-institucional*. Tal característica não constitui uma fatalidade para os países do terceiro mundo, embora ela apareça como tendência. Países como o México, a Costa Rica, a Colômbia, a Venezuela e, até recentemente o Chile, apresentaram em maior ou menor grau, longos períodos de estabilidade. Este foi também o caso do Brasil pré-30, durante o Segundo Reinado e a República Velha, onde o pacto de poder, embora excludente, aparecia como legítimo.

A partir de 1930 alarga-se a participação, com a incorporação de setores urbanos – ou o que chamam de “camadas populares” –

não tanto pela capacidade de pressão desses segmentos (que vinham se manifestando sem êxito desde 1910 e que se reativam entre 1926 e 1928), mas também, e principalmente, porque o *take off* desenvolvimentista passa a ser uma exigência conjuntural imposta pela crise de 1929, que encontra respaldo nas potencialidades de um país de mercado potencial significativo e de vocação nacional escorada em sua geopolítica. Em outras palavras, sendo o *take off* uma saída possível para debelar a crise, as novas elites de 1930 o assumem, inclusive como instrumento que fortalece o Estado, legitimando a concentração de poder. Faz-se, no entanto, necessária a recomposição das coalizões políticas e a diversificação das alianças de classe que tornem possível a transformação da sociedade tradicional. Isto é, não se tratava apenas de recompor alianças regionais entre frações de uma mesma classe – como poderia parecer a princípio – mas de incorporar novos atores, criando diferenciais de poder dentro da própria aliança, de tal forma que ela se constituísse em alavanca ou impulso ao processo de transformação e crescimento.

Nesse período de 30 anos, portanto, o sistema político busca formar o pacto social, ora apelando para a classe trabalhadora, ora para a classe média, ora para os empresários – ou para todos ao mesmo tempo. Não é por outra razão que o populismo foi definido como um sistema de alianças heterogêneo e instável. Mas é possível também ver no populismo a tentativa (bem ou malsucedida) de criar recursos de poder flutuantes, que se canalizam para o Estado, como um resultado da neutralização da oligarquia – posta sob controle do poder central – e do incitamento das massas – também simbólica e organizacionalmente manipulada por ele. A aliança oligarquia-massas passa, portanto, pelos canais do Estado, isto é, do poder executivo nacional ou estadual.

Cria-se, sob a égide do populismo, uma unidade imperial de comando, em tudo semelhante à que presidiu a política dos reis no absolutismo e que, ao mesmo tempo que fortalece o Estado Nacional, como observa Maquiavel, busca também as raízes de sua legitimidade no povo, segundo ele o melhor dos aliados, porque mais capaz de fornecer apoio do que de fazer exigências. A aliança com o povo pode, de fato, alimentar-se de trocas simbólicas que compensam concessões mais substanciais de cunho social ou político. Da mesma forma, o absolutismo esvazia o poder feudal dos barões, centralizando as decisões na Corte, enquanto simbolicamente reforça os rituais aristocráticos

que situam o rei não mais como um *primus inter pares*, mas como autoridade de fato.

O populismo é a resposta carismática ao drama da transição nos países de desenvolvimento tardio. Do ponto de vista político, o fato de que este desenvolvimento seja tardio provoca algumas graves sequelas: apontaremos aqui apenas duas, que nos parecem extremamente relevantes pois suas consequências agravam a instabilidade do sistema político:

a) O país se insere como *polo subordinado* de um sistema econômico e político mundial estratificado, com lideranças e hegemônias bem definidas. A opção pelo fortalecimento do Estado Nacional, e por um programa acelerado de crescimento econômico, além das tensões naturais e resistências externas que gerou no passado (as guerras europeias) esbarra em dificuldade suplementar, qual seja, a de estar assimetricamente inserido em um sistema de poder já consolidado, que lhe atribui rigidamente funções de complementaridade (abastecedor de matérias primas). A busca de autonomia conjunturalmente estimulada pela crise de 1929 e pela indefinição de lideranças que acompanha a década de 1930, acelera o crescimento. Encerrado o conflito, em 1945, essa busca passa, no entanto, a ser vista como flagrante desafio à hegemonia dos Estados Unidos.

As elites brasileiras tiveram, pois, ao longo do tempo, que responder ao desafio de definir quais os limites aceitáveis de seu projeto nacional. Em diferentes momentos, uns se pronunciaram por dilatar a margem de autonomia nas decisões estratégicas e outros por estreitá-la, zelando pela preservação das relações de boa vizinhança com o aliado norte-americano. Podemos incluir nesse caso diversas questões básicas: a controvérsia sobre a vocação industrial ou agrícola brasileira, que só se acomoda no governo Kubitschek; a questão de definir um desenvolvimento intensivo em mercado restrito ou, inversamente, alargar a dimensão do mercado, introduzindo camadas até então excluídas; a opção pela menor dependência tecnológica das matrizes estrangeiras, problema especialmente relevante entre 1961-1964, que contribuiu, sem dúvida, para “desestabilizar” o regime. Outros problemas, igualmente penosos, merecem ser citados: o da estatização e do fortalecimento da economia interna durante o governo Vargas (Petrobrás, Eletrobrás, a questão nuclear). A estatização, fortemente contestada pelos adversários de Vargas, e defendida pelos “nacionalistas”, passa afinal, no período

pós-64, a constituir-se em item formal de consenso entre os civis e os militares que ascendem ao poder.

b) A subordinação econômica e política não impede que o país absorva no plano jurídico-formal, as ideias e conquistas sociais mais avançadas que se organizam nos centros desenvolvidos, seja através de movimentos de massa organizados, seja através de mecanismos eleitorais, como o voto. Cria-se, portanto, o descompasso entre os novos valores políticos que são cada vez mais absorvidos (extensão da cidadania, alargamento da participação política, conquistas sociais) e o estágio de desenvolvimento em que o país efetivamente se encontra (indústria incipiente, baixas taxas de produtividade, escassez de capital, mão de obra pouco qualificada, entre outros). Pode-se dizer que o voto universal e direto, isto é, a depuração do sistema de representação, coexiste mal com uma população majoritariamente carente, e de baixa renda e, portanto, potencialmente reivindicativa e mobilizável. Nesses períodos de mutação social, as demandas por direitos, bens e serviços crescem geometricamente enquanto a produção desses mesmos bens cresce aritmeticamente, configurando uma situação potencialmente explosiva.

Independentemente dos regimes vigentes, a tendência tem sido a de adotar, em tais casos, um estilo autoritário de governo, se possível abrandado por lideranças carismáticas ou populistas. A conveniência estaria em substituir o atendimento real das demandas solicitadas por alguma forma de integração simbólica da comunidade, em torno da imagem afetiva do líder, que encarna metas ainda inalcançáveis, mas congrega objetivos comuns. Por outro lado, a integração simbólica implica também em um tipo de concessão significativa – de natureza social – que poderá compensar outras restrições formais impostas à integração social e política.

Este parece ser, portanto, o paradoxo de uma situação que se define, de um lado, por novas metas políticas voltadas para o alargamento da participação, e que diante das dificuldades em aplicá-las, novamente as restringe, às vezes ainda mais drasticamente do que na fase anterior. Senão vejamos: a Revolução de 1930 introduziu, de fato novas regras para o jogo eleitoral, critérios impessoais de escolha dos governantes, justiça eleitoral, voto universal e secreto, voto feminino, etc. Em períodos posteriores introduziu-se a cédula única e outros

mecanismos para garantir a autonomia do eleitor. Mas a racionalização do sistema de representação gerou de imediato, na pós-30, a eliminação do voto, e da própria Constituição (golpe de 1937).

O período 1945-1964, sob a vigência da Constituição de 1946, foi também permanentemente sujeito a crises de legitimidade em torno da interpretação do voto. E, com assiduidade, uma facção das elites se mobilizava para eliminar a outra. Após 1964, o processo eleitoral gradualmente se extinguiu para os postos executivos – isto é, para aqueles que, por definição, são geradores de lideranças populistas. Ao populismo substituiu-se a ditadura corporativa, cuja preocupação inicial foi acelerar a rotatividade dos altos postos da carreira para evitar a cristalização militar de lideranças ou o populismo militar de tipo nasserista.

Homogeneizou-se a elite política e concentrou-se o poder no processo decisório, para permitir formas mais simplificadas e informais de condução dos negócios públicos. A consequência disso parece ter sido o casuísmo, isto é, a ausência de regras estáveis, de normas, e de uma Constituição. Mas as eleições permanecem ainda, e agora mais do que nunca, como o esperado *locus* de contestação, não só do governo, mas do regime. Em outros termos, as tendências populistas subsistem.

### ***O ator e o processo histórico***

Em termos de processo histórico podemos sucintamente resumir a questão dizendo que em 1930 iniciou-se, por obra das oligarquias, um processo de autotransformação, que poderíamos caracterizar como os primeiros passos de uma revolução burguesa: consolidação e reorganização do aparelho de Estado, definição de uma identidade cultural (música popular, futebol, literatura e mais tarde, o cinema e a televisão). E ainda uma ideologia de “nacionalismo político” que, embora inicialmente confinada a pequenos grupos de intelectuais e políticos, ganhou audiência nas décadas seguintes.

Mas, a revolução burguesa só se cumpriu, em realidade, com a expansão e diversificação das indústrias e com a formação de uma classe empresarial consistente que poderemos discutir ainda se comporta como “empresariado”, isto é, como grupo de interesses, ou como burguesia, isto é, como classe que pretende exercer sua hegemonia sobre a sociedade, determinando as leis que regem seu inconsciente econômico e político: a mão

invisível do mercado, a acumulação de capital e o consumo de bens oferecidos em função da demanda, a competição, a produtividade e a eficiência como valores que se sobrepõem à justiça, à igualdade, à padronização das necessidades segundo interesses definidos como comuns.

É certo que a “revolução burguesa” iniciou-se sem a participação do setor industrial, (FAUSTO, 1970), mas esses interesses logo em seguida se infiltrarão no aparelho de Estado para ajudar a alavancar o processo de industrialização (CERQUEIRA, 1970). Parecem ainda bastante eloquentes as evidências acumuladas por René Dreifuss (1981) para o período posterior, quando nos mostra que a ruptura de 1964, em que pese o seu caráter militar, foi diretamente acionada por um grupo de empresários dos mais significativos, especialmente ligados a grupos nacionais poderosos que mantinham também vínculos com o capital multinacional. Isto significa que a “revolução burguesa” é tardia e associada, e que, por conseguinte, não poderemos encontrar nela a limpidez e a transparência que marcaram as experiências que a precederam. A presença do Estado e de uma burocracia com considerável nível de autonomia retira desses segmentos industriais emergentes aquilo que Alain Touraine (1973) definiu como compromisso com a “historicidade”: isto é, a possibilidade de gerir o sistema como um todo, culturalmente dominá-lo, e se identificar com ele. O fato porém é que a comunidade dos negócios parece hoje bem mais forte do que foi no passado – organiza-se, inclusive, em partido político (o Partido Progressista, o PP) – e que longe estamos do tempo em que se afirma a liderança do grande oligarca que foi Getúlio Vargas – politicamente imbatível durante décadas, enquanto durou a possibilidade de gerir a política pela manipulação de recursos regionais de poder que ele, mais que qualquer outro, usou como contrapeso indispensável à mediação dentro do mesmo Estado, entre patrões e trabalhadores.

O ocaso político de Vargas pode, nesse sentido, ser atribuído ao esgotamento histórico desses recursos políticos, fenômeno que tão bem será percebido por Juscelino Kubitschek ao confinar as composições regionais a posições subalternas (no Congresso e nos Ministérios) em favor da “administração paralela”, na qual terão assento os novos interesses industriais emergentes. O desvio populista de Jânio Quadros e João Goulart, embora eleitoralmente eficaz, politicamente fracassa, abrindo espaço à implantação, sob a égide do Estado, de um projeto capitalista e burguês.

## Conclusões

Procuramos mostrar que, nos últimos 50 anos, nos deparamos com um sistema político que, ao invés de ser monoliticamente conservador, se vê às voltas com uma infundável sucessão de crises. Essas crises, que em geral proliferam entre as elites, não são fechadas em si mesmas, pois refletem os graves problemas que vive a sociedade, e que de uma forma ou de outra devem ser resolvidos. Como, ao mesmo tempo, o nível de concentração de poder é considerável, a decisão sobre os caminhos a seguir incide sobre as elites, em aliança ou não, com outros segmentos da sociedade. As divisões internas ocorrem, portanto, e antes de mais nada, dentro dessas elites. A sociedade por sua vez, vive também esses e outros impasses, mas a dificuldade de gerar soluções autônomas, ou de autogerir-se, complica ainda mais o corte entre a elite e essa mesma sociedade, que se comporta como “massa”. Nesse particular, é significativo que, deixando de lado os sindicatos, as associações civis mais ativas estejam sob o comando de setores expressivos das próprias elites (Comunidades de base, CNBB) ou sejam elas mesmas uma parte representativa das elites (OAB).

A solução para a crise recorrente advém de um conjunto de *tentative politics*, que oscilam da direita para a esquerda. E o resultado acaba sendo, ao longo do tempo, a média de um conjunto de pressões e contrapressões que depois de combinações parciais, parece afinal lentamente alcançar algum consenso. Na década de 1930, procuramos mostrar que confrontos de naturezas diversas encontraram o denominador comum na *centralização* crescente que congrega as elites em torno de Vargas. Essa centralização será amenizada no regime de 1945 para de novo acelerar-se a partir de 1964 em um processo histórico em que a “sístole” predomina sobre a “diástole”. Da mesma forma, Kubitscheck parece criar o consenso em torno de temas altamente polêmicos, como a industrialização, aceita em seu governo como parte de uma composição com o grande capital internacional.

Depois de 1964, o consenso formou-se em torno de altas taxas de acumulação de capital, da afirmação do compromisso com uma sociedade de mercado de tipo burguês, e ainda com a “elitização” da classe média em detrimento dos grupos de baixa renda. O resultado desse temporário e bem-sucedido consenso intraelites pode ser avaliado com os riscos corridos pelo sistema,



quando o processo de abertura o submete ao plebiscito popular (eleições de 1982). Nesse sentido, ao contrário de Vargas que criou em período de fechamento as bases de sua legitimidade futura, aliando-se aos “trabalhadores”, o regime militar parece ter fracassado na tentativa de criar alternativas junto à classe média. O pacto eleitoralmente precário permanece sujeito a revisões que não serão a curto prazo compensadas por apoio expressivo das classes populares.

Em outras palavras, embora o projeto burguês esteja, ao que tudo indica, consolidado, encerrando o primeiro ato do drama da transição, o segundo ato promete ser igualmente dramático na tentativa de viabilizar a progressiva integração de grupos sociais até então excluídos, em ordem de entrada e segundo uma hierarquia e um ritmo que ainda não podemos precisar.

CAMARGO, A. B. A. de. Divided elites: Brazil between two milestones of the bourgeois revolution. *Perspectivas*, São Paulo, v. 53, p. 15-32, jan./jun. 2019.

■ **ABSTRACT:** *In order to analyze the history of Brazil from a perspective that combines the micro and macro dimensions - the directions and contradictions of the historical process as well as the selected biographies – we focused on the life trajectories of expressive elite social actors through the analysis of archives and interviews from the period between 1930 and 1974. For understand not only the “Brazilian elite”, but the actors that compose it, the article is divided with emphasis on three relevant links in the studied processes: 1) the actor and the social system; 2) the actor and the political system; and 3) the actor and the historical process. Considering the particularities of each period, we conclude that Brazilian history is marked by the difficulty that the civil society has to self-organize, which enhances the presence of elite groups, characterized, in turn, by many internal conflicts and divisions, in a trajectory marked by the incidence of crises and turbulence, appeased by partial consensus.*

■ **KEYWORDS:** *Life trajectories. Brazilian elites. Social actor.*

## Referências

BACHRACH, P. *The theory of democratic elitism: a critique*. Nova Iorque: University Press of America, 1980.

CERQUEIRA, E. D. A revolução de 1930: historiografia e história. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1970, p.196-198.

DREIFUSS, R. 1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970

REIS, E. P. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930*. Cambridge, Mass: MIT. Tese de doutorado, 1979.

TOURAINÉ, A. *Production de la société*. Paris: Editions du Seuil, 1973.